

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria de Assistência ao Plenário



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
DE 2 DE FEVEREIRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2017**

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

ORDEM DO DIA

PARA O DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2017

QUARTA-FEIRA

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 230/15.

(ANEXOS PROJETOS Nº 341 – DEPUTADO NELSON LUERSEN, 241/15 – DEPUTADO NEY LEPREVOST, 544/15 – DEPUTADO PROFESSOR LEMOS, 68/16 – DEPTADO NEREU MOURA E 83/16 – DEPUTADOS FELIPE FRANCISCHINI E TIÃO MEDEIROS).

DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE OU DESCONTO NO TRANSPORTE EM LINHAS COLETIVAS INTERMUNICIPAIS AOS IDOSOS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 ANOS.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 504/17.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 46/2017.

INSERE E DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA, DA LEI Nº 18.843, DE 22 DE JULHO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COM LOTAÇÃO NO CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 542/17.

AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – OFÍCIO Nº 1187/2017.

ALTERA OS ARTIGOS 14, 16 E 192 DA LEI Nº 14.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 - CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 76/17.

AUTORIA DO DEPUTADO HUSSEIN BAKRI.

CONCEDE O DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA DO BAIRRO JACUTINGA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE CULTURA.

SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 116/17.

AUTORIA DO DEPUTADO REQUIÃO FILHO.

INSTITUI NO ESTADO DO PARANÁ O MÊS JANEIRO BRANCO, DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS PARA A DIFUSÃO DA SAÚDE MENTAL.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA.

SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 352/17.

AUTORIA DO DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO.

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO PADRE GIUSEPPE LEONARDI.

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 95/17.

AUTORIA DO DEPUTADO TERCÍLIO TURINI.

DENOMINA DE ALENCAR TUCUNDUVA DE CAMPOS, O VIADUTO LOCALIZADO NA PR 445, NO CRUZAMENTO DA RUA PRESIDENTE NILO PEÇANHA COM A MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA, NO MUNICÍPIO DE CAMBÉ.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 375/17.

AUTORIA DO DEPUTADO TADEU VENERI.

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OÁSIS, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 557/17.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 64/2017.

DISPÕE SOBRE REMISSÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OCORRIDOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2011, AJUIZADOS OU NÃO, E ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, NÃO AJUIZADOS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREGO E RENDA.

REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDAS DE PLENÁRIO AGUARDANDO PARECER DA C.C.J.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 559/17.

AUTORIA DO DEPUTADO RASCA RODRIGUES.

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/17.

**AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 101/2017.
DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS
CANALIZADO NO ESTADO DO PARANÁ, DE QUE TRATA O
ART. 9º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E PROVIDÊNCIAS
PERTINENTES.**

**PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., COMISSÃO DE
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E COMISSÃO DE ECOLOGIA,
MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS.
REGIME DE URGÊNCIA.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 13/17.

**AUTORIA DOS DEPUTADOS LUIZ CLAUDIO ROMANELLI E
PEDRO LUPION.**

**INSTITUI A REGIÃO DE ANGRA DOCE - CONJUNTO
FORMADO PELO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA
DE CHAVANTES E SEU ENTORNO, ABRANGENDO OS
MUNICÍPIOS DE RIBEIRÃO CLARO, CARLÓPOLIS, SIQUEIRA
CAMPOS, JACAREZINHO E SALTO DO ITARARÉ, NO ESTADO
DO PARANÁ, COMO ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE
TURÍSTICO.**

**PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., COMISSÃO DE
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, COMISSÃO DE ECOLOGIA, MEIO
AMBIENTE E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E COMISSÃO DO
TURISMO.**

EMENDA DA C.C.J.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 142/17.

AUTORIA DO DEPUTADO TIAGO AMARAL.

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À CONGREGAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA - INSTITUTO PROMOCIONAL JESUS DE NAZARÉ, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 684/17.

AUTORIA DO DEPUTADO RATINHO JUNIOR.

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR JOÃO APOLONI.

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 701/17.

AUTORIA DO DEPUTADO EVANDRO JUNIOR.

ALTERA A LEI Nº 12.834, DE 27 DE JANEIRO DE 2000, DE CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA.

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/17.

AUTORIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

APROVA O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR MAUS-TRATOS, VIOLÊNCIA, CRIADOUROS CLANDESTINOS E VENDA IRREGULAR DE ANIMAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA

VETO PARCIAL Nº 36/17, AO PROJETO DE LEI Nº 356/17.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 23/2017.

REGULAMENTA O ART. 105 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSERIDOS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL Nº 94, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.